

arquivo & administração

ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V. 2 — N.º 1 — ABRIL 1974



55 Clas. PER
& Administração

ex. 2

PER. Currículo Superior de Arquivo

359

O veículo certo



para sua mensagem.

O momento não está pra dispersar energias
nem sair por aí fazendo fumaça.
Sua mensagem tem que atingir o
público certo na velocidade ideal.

arquivo & administração

órgão da Associação dos Arquivistas Brasileiros

circula em todo Brasil entre três mil
profissionais de arquivística e documentação.

Nos órgãos oficiais e nas empresas
nas indústrias e nos bancos.

Tudo isso sem fazer
barulho ou fumaça.

arquivo & administração

revista técnica de circulação dirigida

PUBLICIDADE



Maiti Comunicação Visual Ltda.
Rua Senador Dantas, 118 - gr.413
Rio de Janeiro—Guanabara

 **ASSOCIAÇÃO DOS
ARQUIVISTAS BRASILEIROS**

Praça da República, 26 — Centro — ZC—14
20.000— RIO DE JANEIRO, GB — BRASIL
(endereço provisório) — Tel.: 252-2338

Diretoria Biênio 1973-1975

Presidente: José Pedro Pinto Esposel
Vice-Presidente: Fernando Campos Salinas
1.º Secretário: Marly dos Santos
2.º Secretário: Marina A. F. de Sant'Ana
1.º Tesoureiro: Wilma Schaefer Corrêa
2.º Tesoureiro: Maria de España Iglesias

Conselho Deliberativo

Presidente: Lourdes Costa e Souza
Astréa Moraes e Castro
Helena Corrêa Machado
Raul do Rêgo Lima
Maria Luíza S. Dannemann
Marilyna Leite Paes
José Honório Rodrigues
Rita Drummond
Myrtes da Silva Ferreira

Suplentes

Gilda Nunes Pinto
Celita Pereira Gondim
Regina Alves Vieira
Martha Maria Gonçalves
Otilia de Araújo
Maria Amélia Porto Migueis

Conselho Fiscal

Deusdedit L. de Oliveira
José Paes de Barros
Geraldo Martinelli

Suplentes

Milton Machado
José Lima de Carvalho

arquivo & administração, *Rio de Janeiro*, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 19-

Vol. 1 — n.º 0 — out. 1972 —

Rio de Janeiro, 1972 —

v. ilustr. quadrimestral

“Órgão oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros”.

1. Associação dos Arquivistas Brasileiros,
Rio de Janeiro. 2. Arquivos — Periódicos.

CDD 025.171

arquivo_s administração

revista técnica de circulação dirigida

V. 2 — N.º 1 — ABRIL 1974

publicação da
Associação dos Arquivistas Brasileiros

Redação

Praça da República, 26 — Centro — ZC—14
20.000 — RIO DE JANEIRO, GB — BRASIL

Diretora Responsável

María de la E. de España Iglesias

Diretora Técnica

Marilena Leite Paes

Secretária

Lourdes Costa e Souza

Colaboram nesta edição

Antonio Garcia de Miranda Netto

Carlos Drumond de Andrade

Fernando Luiz Campos Guimarães

Produção, Arte, Editoria e Planejamento Gráfico



maity comunicação visual

Rua Senador Dantas, 118, conj. 1413
20.000 — RIO DE JANEIRO, GB

Equipe

Fernando Luiz Campos Guimarães

Márcio Ruiz Schiavo

Composição e impressão

Cia. Brasileira de Artes Gráficas

Rua do Riachuelo, 128 — RIO, GB

correspondência: arquivo & administração
praça da república, 26 — Centro — ZC—14
20.000 — RIO DE JANEIRO, GB — BRASIL

os artigos assinados são de responsabilidade
dos colaboradores e não expressam
necessariamente o pensamento da associação.
Permitida a reprodução de artigos desta
revista desde que seja citada a fonte.

periodicidade: quadrimestral

próxima edição: agosto

distribuição: aab

desejamos permuta

deseamos permuta

nous désirons échange

we are interested in exchange

EDITORIAL

Um novo governo assume o controle do Brasil com a missão de conduzi-lo em sua marcha vigorosa pelo progresso. Nos primeiros tempos contudo, quando são definidos objetivos e programas, se justifica um certo clima de expectativa.

Já comentamos, em outros editoriais, os problemas que ainda prevalecem em matéria de arquivo, suas limitações, persistências, enganos e desencantos e as conseqüências negativas — e por vezes muito embaraçosas para o desenvolvimento nacional.

Ainda recentemente se tratou, uma vez mais, da evasão de documentos, transferidos para outros países com sérios prejuízos para a nossa cultura.

Em reunião realizada no Conselho Federal de Cultura para análise do assunto, por iniciativa do então Ministro Jarbas Passarinho, foi assinalado o descompasso de setores governamentais no encaminhamento das questões relacionadas com a problemática arquivística no Brasil, significando uma dispersão de esforços e até uma atitude contraditória que absolutamente não contribui para o engrandecimento do país.

Vale neste momento, quando opções e prioridades são estabelecidas, reacender a esperança de que as novas autoridades venham a adotar, bem depressa e coordenadas coerentemente, providências que transformem os arquivos em mais um fator relevante de dinamização do processo de fortalecimento e exploração das potencialidades nacionais.

Urge que se complemente a ação desencadeada no Conselho Federal de Educação, ao reconhecer a necessidade da formação de técnicos de nível superior, autorizando a criação de curso universitário e adotando o currículo mínimo.

Com o mesmo empenho o Ministério do Trabalho e o Poder Legislativo devem dispor sobre a regulamentação da profissão.

E como medida de absoluta justiça e oportunidade se aguarda que o DASP reexamine a situação imprópria que vem de instituir, ignorando a existência e importância de uma linha profissional arquivística no serviço público ao arrepio de toda uma consagrada manifestação mundial e contrariando frontalmente uma realidade que, aos poucos, em sucessivas alterações, deturpou e aniquilou.

Finalmente cumpre lembrar que no Arquivo Nacional já funciona o que se espera seja o núcleo da futura *Escola Nacional de Arquivologia*. O Ministério da Justiça tem como obrigação inelutável garantir ali um ensino altamente qualificado fornecendo recursos e condições, amplos e adequados, que tornem possível o preparo de elementos especializados e aptos para enfrentar e vencer, nos arquivos, as dificuldades acrescidas em tantos anos de abandono e desmazelo.

J.P. Capriel

3

PER.
ex-2

PER. - 359

Reg. 75265

no de chamada: 818, (ex. 2)

CRONICA.

CARLOS DRUMOND DE ANDRADE

Todo santo mês, recebo com agrado o folheto que o carteiro me traz.

É o MAN, boletim do Arquivo Nacional. Raul Lima, diretor do órgão, conseguiu esta coisa surpreendente: leitores para uma publicação oficial.

Como? Apenas, contando jornalisticamente o que vai por sua repartição, os serviços que se ampliaram ou reorganizaram, o que ali se estuda e produz. Não é demonstração vaidosa; eu diria prestação de contas, em termos de comunicação atual. Pouco se sabe do que fazem nossas agências administrativas, fora da publicidade política e dos relatórios indigestos. Quando uma abre as portas à curiosidade pública, revelando-nos o seu dia-a-dia de trabalho a gente se espanta. E *curte* a satisfação do acionista a quem a diretoria da empresa, em assembléia-geral, exhibe os dividendos do exercício. Gordos.

Pois a nova imagem do Arquivo dá gosto ao contribuinte: dinheiro bem investido em serviço que abandonou a rotina e aplica métodos produtivos, com imaginação criadora. O resultado é que o ambiente de trabalho atrai outros trabalhadores. Basta ver o número de estudiosos que acorrem à Praça da República, 26 — mina de ouro para a pesquisa histórica. Mirtes Palermo, de S. Paulo, rastreia a maçonaria na evolução do Brasil; Odilon Túlio, Deputado pelo Paraná, quer saber do Barão do Serro Azul; Marinete Santos, de São Gonçalo, vira-se para a urbanização no recôncavo da Guanabara na primeira metade do século XIX; Valdemar Barbosa, de Belo Horizonte, aprofunda-se na contribuição de Minas para a Independência; Marivone Chaim, de Goiás, consulta as leis sobre índios goianos no século XVIII; Herbert Klein da Universidade de Columbia, Nova Iorque, mergulha na história demográfica do Império. Oito ao acaso; são dezenas de pesquisadores, do Brasil e do estrangeiro, que lá estão debruçados sobre papel, em ambiente acolhedor, enquanto Raul Lima dinamiza o velho Arquivo, a que José Honório Rodrigues dera já um saudável empurrão para a frente.

Com tanto que fazer, o Raul, num destes dias de maio, ainda foi à ABI, levar uma peça rara para exposição comemorativa do aniversário da Lei Áurea: a 3.353 em pergaminho, com letras coloridas e desenhos. Logo que a exposição acabou (isto não consta do boletim, é reportagem minha), Raul pegou da lei para recolhê-la ao Arquivo, antes que um colecionador distraído a metesse na pasta, como se fosse um vespertino. Mas era noite, a repartição estava fechada, e o diretor, guardião zeloso, levou o pergaminho para casa, onde estaria seguro. Na manhã seguinte, antes de ir para o Arquivo, lembrou-se de mostrá-lo à sua cozinheira, uma paraibana que não esperou pelo Mobral para se alfabetizar: paga a uma colega que tem curso primário, e que lhe ministra aulas à noite. O quarto de dormir de Maria é miniatura de escola e exemplo de independência cívica.

— Olhe aqui, Maria, naqueles tempos trabalhadores eram escravos. Labutavam de graça, sofriam maus tratos e eram vendidos como gado. Mas a lei escrita neste papel acabou com isso. Foi uma Princesa que ficou sendo chamada de Redentora. Repare na assinatura dela aqui há 84 anos.

Maria fitou o pergaminho com olhos de ver além do pergaminho, ficou um instante parada, meditando. O fruto da meditação surgiu desta pergunta:

— E... não mataram ela, doutor?

Raul Lima, perplexo diante dessa "extraordinária intuição política" achou mais pedagógica, por enquanto, não explicar por miúdo à Maria que matar, propriamente, não *mataram ela*, ninguém pensou em matar. Ele espera que, aprimorada a instrução de sua auxiliar culinária, esta possa ler em um compêndio qualquer de História, e entender, o que Cotegipe respondeu à Princesa Isabel, quando a Regente, lhe perguntou se não fora uma boa coisa acabar com a fepra da escravidão:

— Vossa Alteza redimiu uma raça, mas perdeu o seu trono.

Arquivo & Maria.